

**EVOLUÇÃO DOS PEQUENOS EMPREENDIMENTOS DOS SETORES
INDUSTRIAL, COMERCIAL E SERVIÇOS NA REGIÃO METROPOLITANA
DO CARIRI-CE (1995-2010)**

**EVOLUTION OF SMALL ENTERPRISES SECTOR INDUSTRIAL,
COMMERCIAL AND SERVICES IN THE METROPOLITAN AREA OF
CARIRI-CE (1995-2010)**

Yure Emanuel de Melo Feitosa Araujo*
Maria Jeanne Gonzaga de Paiva***

RESUMO

As micro e pequenas empresas (MPE) são importantes instrumentos fomentadores do desenvolvimento local, destacando-se a partir da década de 1980 quando se passou a observar a multiplicação de postos de trabalho e de empreendimentos neste segmento empresarial, ao passo que o mundo amargava crise na demanda efetiva e desaquecimento da economia. Hoje são consideradas como um dos pilares de sustentação da economia, portanto, alvo de estudo. Diante disto, o objetivo central da pesquisa é verificar a evolução das MPE formais na Região Metropolitana do Cariri (RMC) entre os anos de 1995 e 2010 nos setores industrial, comercial e serviços, referente à análise do número de empreendimentos, trabalhadores e massa salarial gerada. Outro objetivo, secundário, tange a comparação dos resultados compreendidos entre 1995/2002 e 2003/2010. Para tanto, foram utilizados dados secundários extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) por acesso online a base de dados estatísticos do Ministério do Trabalho (MTE), classificando as empresas pelo número de funcionários. Os resultados consubstanciam a importância das MPE para a Região, uma vez que representam, em média, 97,72% do total de empreendimentos, 63,43% dos postos de trabalho e 55,34% da massa salarial total.

Palavras-chave: Micro e pequena empresa. Região Metropolitana do Cariri. Mercado Formal.

ABSTRACT

Micro and small enterprises (MSEs) are important instruments promoters of local development, especially from the 1980s when we started to observe the multiplication of jobs and business ventures in this segment, while the world has been embittering crisis in effective demand and economic slowdown. Today they are considered as one of the pillars of the economy, therefore, should be studied. Hence, the objective of the research is to assess the evolution of formal MSEs Region Cariri Metropolitan (RMC) between

* Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade federal do Cariri-UFCA. genur@yahoo.com.br

*** Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri-URCA. Doutoranda em Economia pela Universidade Federal Fluminense/UFF-URCA. jeanne.paiva@urca.br

the years 1995 and 2010 in the industrial, commercial and services, referring to the analysis of the number of enterprises, workers and payroll generated. Another objective, secondary, regarding the comparison of results of between 1995/2002 and 2003/2010. For this, we used secondary data extracted from the Annual Report of Social Information (RAIS) for online access to the statistical database of the Ministry of Labor (MTE), ranking companies by number of employees. The results substantiate the importance of MSEs for the region, since they represent, on average, 97.72% of the total enterprises, 63.43% of jobs and 55.34% of the total payroll.

Keywords: Micro and small enterprises. Region Metropolitan Cariri. Formal market.

Introdução

A década de 1980 enfatizou as micro e pequena empresas - MPE como fomentadoras do desenvolvimento econômico e social (GOMES, 2005). Neste período o mundo sofria as consequências da primeira e segunda crise do petróleo, respectivamente em 1973 e 1979, que ocasionaram retração do crédito internacional e desenvolvimento das indústrias nacionais voltadas ao mercado interno, diante da elevação dos preços de bens e produtos e da retração da demanda agregada, bem como da elevação da taxa de juros, na tentativa de atração dos capitais internacionais via conta de capitais etc. No Brasil os impactos foram de elevação do endividamento externo, da inflação, taxa de juros, com sérias consequências sociais, redução do poder de compra da população, crescimento do desemprego e das desigualdades sociais.

Ao passo que, no que tange as MPE, observou-se a multiplicação do número de empreendimentos, crescente geração de emprego e renda, o que chamou a atenção dos governantes e estudiosos, com crescimento das linhas de pesquisas voltadas para as MPE como fatores de desenvolvimento local. Ressaltou-se, assim, a relevância das MPE no âmbito econômico e social. Não obstante, outros fatores que as favoreceram advêm da globalização (que ocasionou descentralização política-administrativa, decisões, investimentos, produção, crescimento da terceirização e desenvolvimento da tecnologia da informação que diminuiu a distância espacial entre regiões). Tudo isso potencializou as funções das MPE no cenário econômico e social (AMARAL FILHO, 2002).

Não obstante, ao longo do tempo, enfatizaram-se os laços de cooperação e aprendizagem entre as empresas, formas pelas quais as MPE especializaram a produção, tornando-as mais eficientes, com ganhos marginais de competitividade. Criando um cenário propício ao desenvolvimento empreendedor e inovativo, assim potencializando suas características sociais e econômicas, sobretudo observadas através da formação de

distritos industriais, sistemas e arranjos produtivos locais, que enfatizaram o poder do local e do território para o desenvolvimento, bem como da relevância na articulação entre agentes locais e instituições.

Deste modo, objetiva-se com a pesquisa averiguar a evolução das MPE na RMC, de forma a responder as perguntas: As MPE contribuem para o desenvolvimento da RMC? Qual o setor que mais contribui para este desenvolvimento? Assim, o objetivo central da pesquisa é verificar a evolução das MPE na RMC entre os anos de 1995 e 2010 nos setores industrial, comercial e serviços, referente à análise do número de empreendimentos, trabalhadores e massa salarial gerada. Outro objetivo, secundário, tange a comparação dos resultados compreendidos entre 1995/2002 e 2003/2010, períodos marcados por crise econômica no país (período do governo FHC) e de prosperidade entre 2003/2010 (Governo Lula).

As hipóteses formuladas são que durante o período FHC a evolução das MPE na RMC tenha ocorrido pelo momento de crise vivido pelo país, que enfatizou a dialética das MPE como colchão amortecedor das crises sociais, dando oportunidade para multiplicação da atividade empreendedora e emprego aos desempregados, e que no Governo Lula o crescimento destas tenha ocorrido pelo ambiente propício para seu desenvolvimento, com ampliação do crédito, queda da taxa de juros e inflação, e pelo que indica a GEM (2010) pela mudança no comportamento para abertura de empresas no país, que a partir de 2003, vigorou-se o empreender por oportunidade e não mais por necessidade.

Em relação às partes constitutivas do artigo, tem-se que, além da introdução e metodologia (seção 3), o referencial teórico que apresenta os seguintes aspectos: às oportunidades que as MPE obtiveram a partir da década de 1980 no cenário econômico e global, o papel das MPE como fator de desenvolvimento local e os desafios às políticas públicas de apoio as MPE bem como demonstra as políticas públicas de apoio as MPE da RMC. Na seção quatro apresentam-se os resultados e análises. Por fim as conclusões e referências.

Referencial teórico

Inserção das MPE no contexto econômico

É notória a relevância das MPE como fomentadoras do desenvolvimento econômico, seja pela capacidade de gerar postos de trabalho e renda, contribuição na

cadeia produtiva, fomento ao desenvolvimento tecnológico, as inovações, sobretudo aquelas ligadas ao produto, ao empreendedorismo, interiorização do desenvolvimento econômico, atenuação das disparidades econômicas e sociais, redução da pobreza, oferta de emprego aos menos favorecidos (jovem, mulher, etc.) sendo, majoritariamente, a porta de entrada para o mercado de trabalho, dentre outras funções.

Contudo, este papel social e econômico a que são atribuídas ganhou ênfase a partir da década de 1980, a partir de então, como indica Gomes *et al.* (2005, p. 9) “o Estado e as grandes empresas eram considerados os únicos suportes econômicos relevantes para a sociedade”. Segundo o autor supracitado o crescente endividamento estatal, acirramento dos mercados e globalização, uso intensivo de tecnologia na produção de bens e serviços, são fatores que enfatizaram o papel das MPE, delineando uma nova organização econômica.

O quadro macroeconômico do país em meados de 1980 era de elevação do endividamento externo, com crescimento de 273,44% da dívida externa, quando comparado a média da década de 1970, inflação elevada, com IGP-DI médio de 427,64%, elevação da taxa de juros, que passou de 2,52% na década de 1970 (Média dos anos 1974 a 1979) para 12,03% na década de 1980, como consequência redução dos investimentos, demanda agregada, com redução do poder de compra, com redução do salário mínimo real de 9,28%, e da produção agregada (IPEADATA, 2011). Menciona-se ainda a expansão das desigualdades sociais e crescimento do desemprego a uma taxa de 3,8% a.a. (POCHMAN, 2000 *apud* ALVES, 2002).

O desemprego que atingiu as décadas de 1980/1990 seja por parte das grandes empresas pela especialização tecnológica nos processos produtivos, que ampliou a produção e reduziu o número de funcionários, ou através do Estado que buscou diminuir seus déficits pela redução do quadro pessoal, fez das MPE as únicas criadoras de emprego, deixaram de se restringir ao mercado local e preencheram as lacunas deixadas pelas grandes empresas e pelo Estado (GOMES, 2005).

Decerto os fatores enunciados por Amaral Filho (2002) que ocasionaram transformações estruturais e que deram oportunidades para os pequenos empreendimentos foram a descentralização político-administrativa e dos atores regionais, bem como de decisões e investimentos (caracterizado pelo deslocamento espacial para regiões afastadas da espinha dorsal dos territórios metropolitanos e desenvolvidos, onde concentram-se os megaproblemas urbanos), culminando em valorização do território e do poder local. Reestruturação do mercado com descentralização e desconcentração da

produção, tendo em vista a redução de custos fixos e flexibilidade em decisões/ações e na forma de produção, pela busca constante de competitividade, subsídio, mão de obra barata, sobretudo pelo processo de globalização e concorrência, com auxílio da tecnologia da informação que diminuiu a distância espacial entre as regiões.

Todos estes fatores consubstanciaram as MPE como novos atores regionais, conduzindo o desenvolvimento econômico/local, pautado na estabilidade e sustentabilidade do desenvolvimento, de maneira endógena, e desconcentrando, tanto no espaço geográfico como na distribuição das riquezas nas diferentes classes sociais, afluindo do campo micro para o macro, ou seja, enfatizando o poder local na determinação do desenvolvimento, e atenuando os impactos das crises, com imensa contribuição em âmbito social.

MPE como fator de desenvolvimento local

A globalização, ao passo que, expandiu o fluxo entre os territórios suprimiu a territorialidade (poder sobre o território), toda ação, seja estatal ou do mercado, condicionou-se a mensurar os impactos sobre si e sobre o resto do mundo, haja vista a interdependência entre os territórios e a crescente competitividade entre os mesmos a partir dela (globalização), os mercados se dirigiram para o aumento da competitividade, como forma de manter e adentrar em novos mercados. Dessa forma, ganhou ênfase, ao longo do tempo, os sistemas produtivos que propiciavam aumento da eficiência, das externalidades positivas e produtividade (MILTON SANTOS, 2006).

Não obstante, os sistemas baseados, outrora, no individualismo e egoísmo foram suplantados por aqueles que se baseavam na cooperação e na criação de sinergias positivas, que deram destaque para o território como forma de promover o desenvolvimento econômico, e aos atores locais como propulsores do mesmo, que fez emergir o desenvolvimento econômico sob as bases local/regional.

Conforme Muls (2008) a teoria do desenvolvimento local ganhou destaque com a falência dos modelos tradicionais, que destacavam o Estado-Mercado como principais agentes promotores do desenvolvimento, agora pautado no território e as formas intermediárias de coordenação, onde a mobilização dos atores locais, a formação de redes entre organismos e instituições locais e a maior cooperação entre empresas de um mesmo território ganham destaque como novas formas de intervenção para o desenvolvimento. Para tanto, esta nova forma de intervenção não substitui a ação do mercado ou Estado,

mas as sobrepõem na medida em que elabora estratégias de desenvolvimento local, baseadas na ação de suas instituições e organismos específicos.

Nesse sentido, destacam-se as MPE como ator local perene para o desenvolvimento local. São elementos dinamizadores da economia brasileira, promovendo o desenvolvimento econômico e social, calcado na multiplicação da atividade econômica, sob o prisma da criação de novos estabelecimentos e na geração de postos de trabalho, conseqüentemente no acesso a renda e consumo, desta forma, aumenta o padrão de vida da sociedade e o poder de compra, o que propicia o desenvolvimento local, *coeteris paribus*.

Não obstante, fala-se de desenvolvimento local a partir das MPE pela capacidade de combate a pobreza, melhor distribuição de renda, redução da informalidade, fortalecimento do tecido social e econômico, interiorização do desenvolvimento, são agentes de inclusão de equilíbrio social e econômico, com papel central à inovação tecnológica e competitividade. Portanto, seu fortalecimento contribui em temas cruciais da agenda nacional, tornando-as instrumentos de destaque para as políticas de Estado, sobretudo para o desenvolvimento sustentável local, baseado na eficiência e equidade (SPÍNOLA, 2010).

Pochmann (2004) atribui a políticas de inclusão social (município de São Paulo) ações de redistribuição de renda, emancipação social (política e econômica) e o apoio ao desenvolvimento local, enfatizando o papel catalizador das MPE para o fomento destas ações.

Ademais, além do papel de inclusão social promovido pelas MPE estas são responsáveis por potencializar o mercado, gerando uma força indutora na cadeia produtiva, não obstante, impactando sobre a redução da pobreza (dado que crescimento econômico tende a reduzi-la) (VIEIRA, 2007).

Considerando que no Nordeste se dá ênfase ao crescimento econômico como instrumento de elevação da renda dos mais pobres, pela grande quantidade destes nessa região, o que dificulta a redução das desigualdades, estratégias de distribuição das fontes de crescimento “pró-pobre” (aquele que beneficia os pobres, diminuindo as desigualdades), pode ser o caminho mais rápido para redução das desigualdades regionais (MANSO *et al.*, 2006).

Justifica-se assim a prioridade de ações governamentais a esse segmento, pois promove a maximização da utilidade dos recursos escassos e distribui de forma uniforme seus benefícios (VIOL *et al.*, 2000).

As MPE vão além da empregabilidade do fator trabalho e geração de renda, participam efetivamente da produção local, com oferta diversificada de produtos (bens e serviços), na complementariedade de bens e serviços demandados por nichos de mercados, importantes pela capilaridade na extensão territorial, rapidez de atendimento ofertante, pela flexibilidade de ações decisivas, capacidade de reestruturação interna e absorção da dinâmica inovativa (PIMENTEL, 2008).

Tudo isto consubstancia as MPE como promotoras do desenvolvimento local, tornando-as uma das bases a qual a economia brasileira está alicerçada, principalmente no interior do país, constituindo quase que exclusivamente a única fonte geradora de renda e emprego. O que leva Falcão (2007) a afirmar que as MPE evoluíram do papel de mãos invisíveis do mercado a protagonistas do desenvolvimento, exercendo múltiplas outras funções como: i) atuarem como centros dinâmicos produtivos para os mercados interno e externo. ii) indutoras do desenvolvimento territorial, reconfigurando o espaço geográfico. iii) integração e complementariedade da cadeia produtiva. iv) formação de uma cultura empresarial e empreendedora.

Ademais, é necessário as MPE articularem organizações em rede de forma a potencializarem suas funções e características sociais e econômicas no território a que estão inseridas, assim desencadeando um processo de desenvolvimento endógeno, mas que estejam articuladas junto ao ambiente institucional da região. Ressalta-se que maior grau de coesão entre as MPE e as instituições do território implica em maior estoque de capital social e maior chance das estratégias de reação de autonomia produzida pelos territórios vigorarem, redirecionando a seu favor, a pressão exercida pela esfera supranacional, sendo necessário, contudo, como já mencionado, a participação do poder público local, empresas e sociedade civil na elaboração de estratégias territoriais de reação de autonomia direcionada ao desenvolvimento local (MULS, 2008).

Desafios às políticas públicas de apoio as MPE

Sabe-se das fragilidades das MPE e da necessidade de apoio das esferas governamentais para que as mesmas possam se desenvolver e perpetuar-se ao longo do tempo - aflorando suas potencialidades e contribuições econômicas e sociais - com garantias pautadas em constituição ao tratamento diferenciado e favorecido que a elas deve ser dispensado. Contudo, apesar de crescentes, as políticas públicas voltadas as MPE

são insuficientes, para tanto, caminham de forma letárgica ao cumprimento de seus deveres.

Para Lastres e Cassiolato (2004) as dificuldades enfrentadas para a formulação de políticas públicas voltadas as MPE são: falta de estatísticas e conceitos que captem a realidade destas empresas, o problema das MPE serem numerosas, heterogêneas, dispersas e pequenas demais, as inadequações, superposição e descoordenação de ações, muitas vezes sem continuidade, bem como de ausência de enfoque de MPE enquanto empreendimento economicamente viável, o que compromete a identificação e aproveitamento de oportunidades que levam a uma atuação sustentável (associado ao paradigma segundo o qual, apenas grandes estruturas podem ser competitivas ao atual estágio do capitalismo).

Não obstante, ressalta-se a inadequação dos mecanismos e instrumentos às MPE, não apenas no Brasil. Assim, o aparato existente (para promoção, fomento e financiamento) foi estruturado para as grandes empresas, tentando-se enquadrar as MPME (micro, pequenas e médias empresas) às exigências destes sistemas, desta forma, deve-se alterar este paradigma de forma a adequá-lo ao perfil das MPE e não o contrário, bem como parar de culpá-las por não apresentarem condições para uso de políticas que foram desenhadas para outros padrões (LASTRES *et al.*, 2003).

Políticas públicas locais de apoio as MPE da RMC

Através da pesquisa, seja por intermédio da internet ou investigação junta as instituições municipais percebeu-se a burocratização enfrentada para o acesso a informações, sendo necessário o deslocamento a vários setores para a obtenção das mesmas, sobretudo pelo desconhecimento, dentro dos órgãos, dos responsáveis pelas políticas públicas de apoio as MPE. Não obstante, percebeu-se ainda a exiguidade de políticas ao fomento e apoio a estas empresas no âmbito local. Portanto, a maioria das políticas públicas voltadas as MPE são de âmbito federal, tendo a participação das prefeituras na implementação das mesmas.

Ademais, a principal forma de apoio aos micro e pequenos empreendedores se dá através do SEBRAE, que promove capacitação aos empreendedores, prestação de consultorias, eventos, seminários, palestras, contudo, sabendo-se o número destas na região, os serviços não são capazes de atingir todas as MPE, assim como nas formas de financiamento dispostos nos programas nacionais através dos bancos. Portanto, conclui-

se que o apoio as MPE na região é insuficiente e abaixo do esperado, pois há dependência do nível federal para apoio.

Não obstante, a investigação demonstrou como principal Política Pública de apoio as MPE, na região, a Lei Geral municipal das MPE, políticas que derivam da Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto da micro e pequena empresa, conhecida como Lei Geral) e que foram regulamentadas pelos municípios através de projetos e apoio do SEBRAE junto às prefeituras. Para tanto, a Lei Geral municipal¹ foi tardiamente regulamentada em seis dos nove municípios que compõem RMC (sendo as exceções os municípios de Caririaçu, Farias Brito e Jardim).

Além das normas padrões estabelecidas pela Lei Geral, aquelas que determinam à simplificação a abertura e fechamento dos empreendimentos (através da adesão a Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM), de instituir a sala do empreendedor (com pessoal habilitado para atendimento, orientação, abertura, regularização das empresas, dispor sobre informações de financiamento), dispõe da base de cálculo, alíquotas, das forma de acesso às compras públicas (regras de habilitação, licitação), dos estímulos ao mercado local, das relações de trabalho, associativismo e acesso a Justiça, chama atenção os benefícios fiscais dispensados as MPE, bem como as formas de estímulo à inovação.

Os benefícios fiscais concedidos as MPE da RMC, através da Lei Geral Municipal, estão dispostos na tabela 1 e mostra a redução de impostos e taxas concedidas pelas prefeituras. Para tributar a prestação de serviços às prefeituras utilizam as tabelas contidas na Lei Geral (em que as alíquotas variam conforme o tipo de serviço) que concedem redução tributária as MPE, contudo, observa-se que em Juazeiro do Norte, Missão Velha e Santana do Cariri, além disso, são concedidos reduções nas taxas relativas à inscrição, alteração e baixa no cadastro dos contribuintes do ISS (Reduções contidas na Tabela 1).

¹ A regulamentação foi disposta através das leis nº 3887 de 30 de setembro de 2011 (Juazeiro do Norte), nº 2726 de 13 de dezembro de 2011 (Crato), nº 665 de 20 de maio de 2011 (Santana do Cariri), nº 1914 de 12 de novembro de 2010 (Barbalha), nº 87 de 02 de dezembro de 2010 (Missão Velha), nº 634 de 14 de outubro de 2010 (Nova Olinda), nº 410 de 05 de dezembro de 2007 (Caririaçu), nº 1207 de 10 de dezembro de 2007 (Farias Brito) e nº 29 de 13 de dezembro de 2007 (Jardim).

Tabela 1 - Benefícios Fiscais concedidos as MPE da RMC através da Lei Geral municipal

Benefícios Fiscais	ISS*	IPTU**	Licença/Fiscalização***
Juazeiro do Norte	100%; 80%, 50%	80%; 50%; 30% (24)	100%; 80%, 50%
Crato	0%	50% (12)	50%
Barbalha	0%	20% (12)	20%
Missão Velha	100%; 80%, 50%	50%; 50%; 30% (24)	100%; 80%, 50%
Jardim	0%	50% (12)	50%
Caririaçu	0%	50% (12)	50%
Farias Brito	0%	50% (12)	50%
Santana do Cariri	10%; 5% ****	0%	50%; 20%; 0% *****
Nova Olinda	0%	50% (12)	50%

Fonte: SEBRAE (2012). Elaboração: própria

*Taxas relativas à inscrição, alteração e baixa no cadastro dos contribuintes do ISS.

**Entre parênteses o período de redução do imposto em meses.

***Para localização, instalação e funcionamento.

****Referentes aos micro empreendedores que auferiram, respectivamente até 240 mil e de 240,01 mil até 360 mil

*****Micro empreendedor individual que tenha auferido até 36 mil e micro empreendedor que tenha auferido entre 36 mil e 60 mil.

Obs.: As porcentagens seguem a ordem do micro empreendedor individual, micro empreendedor e pequeno.

Não obstante, os micro e pequenos empreendedores ainda contam com redução no Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbano a partir do momento da instalação do empreendimento no município (apenas válidos para aqueles que se instalaram a partir da majoração da Lei), com exceção do município de Santana do Cariri, que não concede esse benefício fiscal. Bem como redução da licença e fiscalização para localização, instalação e funcionamento das MPE (para consultar os benefícios concedidos e o prazo de redução ver tabela 1).

Concomitantemente, o município de Santana do Cariri ainda apresenta, ao passo que os outros não, benefícios fiscais quanto ao imposto devido por empregado devidamente registrado aos micro empreendimentos que auferem até 360 mil reais por ano de até 1% por empregado (até 5 funcionários e 2% por empregado a partir de 6), como forma de promover geração de emprego. Não se limitando a isto, o município ainda concede, por um prazo de um ano, redução de 60% sobre o ISS devido e 100% na taxa de licença e fiscalização para localização, instalação e funcionamento das MPE que se formalizem.

Chama atenção, porém, os dispositivos contidos na Lei Geral Municipal de cada município para as formas de estímulo à inovação, o que retrata a preocupação e ênfase na

inovação como meio de desenvolvimento local. Sob a forma de programa fiscal os municípios concedem desoneração fiscal, na forma de crédito fiscal, de 50% (no máximo) dos impostos municipais devidos pelas MPE que desempenhem atividades de inovação (individualmente ou de forma compartilhada).

Outra forma encontrada pelos municípios, através da Lei Geral Municipal, para incentivar as inovações tecnológicas e incentivar as empresas a realizar investimentos em projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação tange ao fomento do Fundo Municipal de Inovação Tecnológica, através do financiamento de projetos de pesquisa e desenvolvimento, e para aumento de competitividade. As receitas do fundo advêm de doações (consignáveis no orçamento geral do município, de pessoas físicas e jurídicas, entidades nacionais e internacionais, privadas ou públicas), de acordos, ajustes, contratos e convênios junto a órgão e instituições públicas, empréstimos, fundos de heranças não reclamadas e outras receitas. Para tanto, este fundo foi constituído nos municípios que não tangem a Missão Velha, Santana do Cariri e Juazeiro do Norte.

Nestes municípios, com exceção de Juazeiro do Norte, que não possui nenhum artigo na Lei Geral Municipal dispendo a respeito de investimento direto em inovação, são destinados 20%, no mínimo, dos recursos voltados à inovação para aplicação em programas específicos de estímulo à inovação. Desta forma, apesar de não constituir um fundo específico à arrecadação e inversão em projetos voltados ao fomento de inovações estes municípios acabam por criar um fundo de forma indireta, que visa o mesmo objetivo.

As outras formas de estimular à inovação na RMC, com exceção do município de Santana do Cariri, é na concessão de benefícios fiscais ao fomento de condomínios prediais, empresas de base tecnológicas estabelecidas individualmente, incubadoras e minidistritos industriais. Os benefícios ofertados aos condomínios prediais, empresas de base tecnológica e incubadoras são: isenção do IPTU por dez anos, redução da alíquota do imposto sobre serviços incidentes sobre o valor da mão de obra contratada para execução de obras de construção, acréscimos de reformas para dois por cento, bem como na redução das demais taxas municipais por dez anos.

Ademais, no que concerne ao fomento de minidistritos industriais concede-se as empresas estabelecidas neles isenção de dois anos no pagamento de IPTU, e nas taxas para execução de obras, bem como na terraplanagem e de infraestrutura nos terrenos a que se instalarem, porém, estes benefícios no município de Juazeiro do Norte são

concedidos em um prazo de dez anos (ressalta-se que o município de Santana do Cariri não possui estes incentivos).

Contudo, o que se percebe é que as prefeituras não têm cumprido o papel de fomentadoras aos condomínios prediais, incubadoras e minidistritos, que se debruçam, ainda, em fase de projetos. Para tanto, percebe-se que através da Lei Geral Municipal os municípios caminham ao fortalecimento do tecido empresarial, dando-os ênfase como relevantes para o desenvolvimento local.

Metodologia

A pesquisa, preponderantemente quantitativa, caracteriza-se pela análise descritiva dos dados, que foram extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), por acesso online ao site do Ministério do Trabalho (MTE), portanto, utilizaram-se dados secundários através de pesquisa de campo, considerando campo como a imersão digital, bem como de pesquisa bibliográfica e documental.

O estudo contemplou os municípios que compõem a atual RMC² com análise dos anos entre 1995 e 2010 (temporalidade longitudinal), visando gerar conhecimento, seja para o arcabouço científico, ou subsidiando dados para os formuladores de políticas públicas locais. As principais variáveis consideradas foram o número de empreendimentos e empregados.

Para classificação do porte da empresa utilizou-se o critério estabelecido pelo SEBRAE, que está resumido na tabela 2. Para cálculo da renda *per capita* dos trabalhadores utilizou-se um média de cada intervalo de classificação do nível salarial da RAIS³, exceto para o primeiro e último intervalo (mantidos como uma constante), chegando-se aos intervalos 0,50; 0,76; 1,26; 1,76; 2,51; 3,51; 4,51; 6,01; 8,51; 12,51; 17,51; e 20,01 salários mínimos, multiplicando-se cada resultado pelo salário mínimo vigente em cada ano e pelo número de funcionários que se enquadram em cada intervalo, após somatório, encontrou-se a massa salarial total. Dividindo o resultado encontrado,

² A RMC está localizada no sul do Estado do Ceará (sancionada em 29 de junho de 2009 pela Lei Complementar Estadual nº 78), composta por nove municípios, sendo os principais os municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha. Além destes compõem a RMC os municípios de Missão Velha, Jardim, Caririaçu, Nova Olinda, Santana do Cariri e Farias Brito.

³ Os intervalos são: 0,50; 0,51 a 1,0; 1,01 a 1,50; 1,51 a 2,0; 2,01 a 3,0; 3,01 a 4,0; 4,01 a 5,0; 5,01 a 7,0; 7,01 a 10,0; 10,01 a 15,0; 15,01 a 20,0; mais de 20 salários mínimos e ignorado.

massa salarial total, pelo número total de funcionários estimou-se a renda *per capita* média.

Tabela 2 - Classificação das MPE segundo o número de empregados

Porte/ Setor	Indústria	Comércio e Serviços
Micro	Até 19	Até 9
Pequenas	De 20 a 99	De 10 a 49
Médias	De 100 a 499	De 50 a 99
Grandes	500 ou mais	100 ou mais

Fonte: SEBRAE. Elaboração: própria

A Região Metropolitana do Cariri cresceu, entre 1996 e 2009, a uma taxa média de 10,31% ao ano, alcançando um PIB de R\$ 3.077.372.868,26 (três bilhões, setenta e sete milhões, trezentos e setenta e dois mil, oitocentos e sessenta e oito e vinte e seis centavos) em 2009 (IPEADATA, 2011). Ainda, comporta 3,72% da população do Estado do Ceará, e 3,66% da área territorial do Estado. Para tanto, sua densidade demográfica é de 161,95 hab/Km², acima da média do Estado, 56,76 hab/Km² (IBGE, 2010). Não obstante, observa-se a multiplicação da atividade econômica, dos investimentos públicos e privados na Região, sobretudo na cidade de Juazeiro do Norte (centro econômico da Região), inclusive com instalação de multinacionais, atraídas pelo aumento do poder de compra da população.

Ademais, a região contempla um rico acervo natural e cultural, um Geoparque (sítio geológico, arqueológico e paleontológico), único no hemisfério sul reconhecido pela UNESCO, a Chapada do Araripe e Floresta Nacional do Araripe, que garantem a região um *status* de oásis no meio do sertão pela abundância de recursos hídricos.

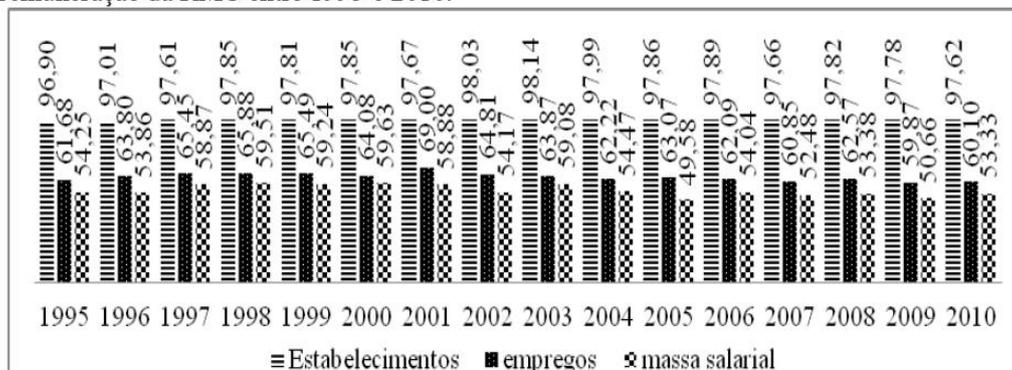
Resultados e discussão

Evolução das MPE na RMC entre 1995 e 2010.

As MPE formais representaram de 1995 a 2010 uma média de 97,72% do total de empreendimentos na RMC, concentrando, em média, 63,43% do total de empregos e geraram 55,34% da massa salarial total, no que se infere aos empregos formais (Gráfico 1). Por setor de atividade destaca-se o comércio que representou, em média, 54,73% do total de MPE, no mesmo período, sendo 28,64% para o setor de serviços e 16,63% para a indústria. Ademais, 40,08% do total de empregos nas MPE concentraram-se no comércio, 29,99% na indústria e 29,93% nos serviços. Contudo, o setor de serviços foi o

gerou uma maior massa salarial⁴ nas MPE, média de 42,44%, sendo 32,65% no comércio e 25,54% na indústria, entre 1995/2010.

Gráfico 1 – Participação Relativa das MPE no total de estabelecimentos, empregos e massa de remuneração da RMC entre 1995 e 2010.



Fonte: RAIS/MTE. Elaboração: Própria.

Em valores absolutos, as MPE alcançaram a marca de 5.378 empreendimentos em 2010 na RMC, concentrando 29.595 empregados, e gerando uma massa salarial de 6,97 milhões de reais. Em 1995 estas eram em número de 1813 estabelecimentos, com 9681 empregados e massa salarial gerada de 2,37 milhões de reais. Tudo isto representa um crescimento de 12,29% a.a. no número de MPE, 12,86% a.a. no número de empregados e 12,15% a.a. da massa salarial gerada (Tabela 3). No mesmo período as MGE cresceram 7,87% a.a., em média, sendo 14,16% no número de empregados e 12,85% a.a. na massa salarial gerada.

Não obstante, dos 33.545 (trinta e três mil, quinhentos e quarenta e cinco) empregos formais, gerados na RMC entre 1995 e 2010, 59,37% foram através das MPE (25,87% responsáveis pelas comerciais, 19,36% pelas industriais e 14,14% pelas de serviços) e 40,63% atribuídos as MGE.

Tabela 3 - Número de estabelecimentos, empregados e MS (massa salarial) gerada pelas micro e pequenas empresas. Região Metropolitana do Cariri (1995-2010)

Ano	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Estabelecimentos	1813	2010	2243	2365	2548	2911	3065	3434
Empregos	9681	11020	12681	13248	14300	16099	16392	18546
MS (R\$ milhões)	2,37	2,50	2,67	2,72	2,72	2,92	3,27	3,37
Continuação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Estabelecimentos	3700	3850	4016	4178	4433	4704	4976	5378
Empregos	19260	19819	21002	21936	23333	25372	26702	29595
MS (R\$ milhões)	3,88	4,12	4,54	5,05	5,46	5,71	6,36	6,97

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração: Própria.

⁴ Corrobora-se este aspecto pela maior porcentagem de trabalhadores que auferem renda de mais de 2 salários mínimos no setor e maior porcentagem de trabalhadores com ensino superior completo - Conferir Araujo *et al.* (2012).

Por setor de atividade as MPE comerciais obtiveram o maior crescimento no número de empreendimentos, 13,37% a.a. (indústria 11,60% a.a. e serviços 10,69% a.a.), tendo o setor industrial o maior crescimento no número de trabalhadores, 14,92% a.a. (comércio 14,39% a.a. e 9,28% a.a. pelos serviços) e massa salarial gerada, 17,46% a.a. (16,40% a.a. comércio e 8,29% a.a. serviços).

Comparação dos resultados entre 1995-2002 (Governo FHC) e 2003-2010 (Governo Lula)

Nesta seção analisam-se os dados fazendo um comparativo entre os períodos de 1995-2002, anos do governo FHC, e 2003-2010 (Governo Lula). Considerando como hipóteses que o crescimento das MPE no período do Governo FHC tenha se dado pelo momento de crise vivido pelo país, constituindo assim uma oportunidade de emprego e empreendedorismo para os desempregados, e que no Governo Lula o crescimento destas tenha ocorrido pelo ambiente propício para seu desenvolvimento, com ampliação do crédito, queda nas taxas de juros, declínio da inflação, maiores investimentos, valorização do salário mínimo e como indica a GEM (2010, p. 23) pela mudança no comportamento da abertura de empresas no país a partir de 2003, que passaram a empreender, em sua maioria, por oportunidade e não mais por necessidade.

A análise dos dados mostra que entre 1995 e 2002 as MPE mantiveram uma tendência de crescimento na participação relativa no total de empreendimentos da RMC, enquanto o período compreendido entre 2003 e 2010 demonstra tendência de declínio. O ritmo de crescimento das MPE entre 1995 e 2002 foi de 5,59% a.a. enquanto no período posterior de 2,83% a.a. (as MGE cresceram a um ritmo de 18,97% a.a. e 87,14% a.a., respectivamente), o que atribuiu as MPE elevação de 1,13% na participação relativa no total de empreendimentos entre 1995-2002 e declínio de 0,52% entre 2003-2010. Para tanto, as MPE obtiveram maior participação relativa (média) no primeiro período analisado, em comparação ao segundo, sendo de 97,59% entre 1995-2002 e 97,85% entre 2003-2010.

Conclui-se deste modo que o crescimento das MPE durante o primeiro período analisado foi favorecido pelo ambiente de crise estabelecido no país durante a década de 1990, tendo como fator preponderante a afirmação de Casamata (2009) como explicação que as MPE são decisivas em momentos de crise, responsáveis por atenuar os impactos e vulnerabilidades sobre as economias locais, constituindo uma linha de defesa para os mais pobres. Contudo, questiona-se a qualidade destes micro e pequenos empreendimentos,

em termos de gestão, competitividade, produtividade, sobretudo na mortalidade. Os dados nacionais mostram que a mortalidade das MPE vem diminuindo ano a ano, bem como pelo aumento da qualidade na administração das MPE, devido ao aumento da capacitação e escolaridade dos micro e pequenos empreendedores e ao fomento de legislação específica voltada as MPE.

Neste sentido, no que se refere ao emprego nas MPE observa-se tendência de crescimento, na participação relativa no total de empregos, em forma de “U” invertido entre 1995 e 2000 e de “V” invertido entre 2000 e 2002, com tendência de declínio entre 2003 e 2010. O crescimento do emprego nas MPE da RMC foi de 11,45% a.a. entre 1995-2002 (enquanto nas MGE o crescimento foi de 8,42% a.a.) e de 6,71% a.a. entre 2003-2010 (MGE 10,04% a.a.). Em 1995 as MPE representavam 61,68% dos empregos formais da RMC, passando para 64,81% em 2002. Em 2003 representavam 63,87% do total e 60,1% em 2010 (média de 65,02% entre 1995-2002 e 61,83% entre 2003-2010).

As MPE também tiveram maior participação na geração de empregos entre 1995-2002 se comparado a 2002-2010. Dos 12.918 empregos gerados na região, entre 1995-2002, 8865 foram através das MPE (68,63%), enquanto entre 2003-2010 gerou 54,16% do total de novos empregos na região (em termos absolutos 10.335).

Não obstante, a análise da massa salarial gerada pelas MPE reitera o maior peso das MPE para a economia da região entre 1995-2002, em comparação a 2003-2010, no que concerne a participação relativa na massa salarial total. As MPE tiveram uma participação média de 57,30% da massa salarial total gerada na região entre 1995-2002, enquanto entre 2003-2010 representou, em média, 53,38%. Contudo ressalta-se que a massa salarial gerada neste último período pelas MPE cresceu a um ritmo de 9,94% a.a., acima do ritmo do período anterior (5,30% a.a.), ao passo que a massa salarial gerada pelas MGE cresceu 5,35% a.a. entre 1995-2002 e 15,85% a.a. entre 2003-2010.

Ademais, o crescimento da renda média *per capita* das MPE durante o período 2003-2010 suplantou o crescimento do período 1995-2002. Entre 1995-2002 a renda média *per capita* cresceu 2,65% a.a. enquanto entre 2003-2010 cresceu 4,97% a.a.

Tudo isso consubstancia que as MPE tiveram maior participação na economia local entre os anos 1995-2002 em comparação aos anos 2003-2010, haja vista que cresceram a um ritmo mais acelerado, tiveram maior participação percentual na geração de empregos e na massa salarial. Atribui-se, porém, ao período 2003-2010 melhoria na qualidade das MPE, com crescimento da capacitação/escolaridade dos

funcionários/empreendedores, bem como no aumento médio de 3,46% a.a. do poder de compra dos trabalhadores (enquanto entre 1995-2002 ocorreu retração de 2,12% a.a.⁵).

Considerações finais

Destarte, observou-se através da pesquisa a necessidade de coesão entre as MPE pra que estas possam potencializar suas funções, bem como obterem ganhos em competitividade e aflorarem suas capacidades inovativas, pautando-se na cooperação e aprendizado, criação de laços de confiança e integração entre os agentes locais e instituições públicas, que possuem papel central no desenvolvimento das MPE.

Concomitantemente os resultados e análises corroboram a contribuição das MPE para o desenvolvimento local, com intensa participação no número de empreendimentos, no total de empregos e massa salarial gerada. Não obstante, foram as empresas que mais geraram emprego, destacando-se inclusive pelo maior crescimento percentual ano a ano no número de empreendimento, se comparado as MGE

A maior contribuição para o desenvolvimento local se deu através do setor comercial, se considerado o número de MPE do setor na região (maior das MPE), bem como por representar a maior dos postos de trabalho na região, ademais pela maior geração de empregos, em relação aos demais setores, inclusive pelo maior crescimento ano a ano no número de empreendimentos. Para tanto, destaca-se o setor industrial como aquele que obteve maior crescimento percentual ano a ano no número de trabalhadores e massa salarial. Já o setor de serviços a maior participação na massa salarial gerada pelas MPE.

A comparação dos resultados entre os períodos 1995-2002 e 2003-2010 consubstanciam que as MPE tiveram maior participação na economia local entre os anos 1995-2002 em comparação aos anos 2003-2010, haja vista que cresceram a um ritmo mais acelerado, tiveram maior participação percentual na geração de empregos e na massa salarial. Atribui-se, porém, ao período 2003-2010 melhoria na qualidade das MPE, com crescimento da capacitação/escolaridade dos funcionários/empreendedores, bem como no aumento médio de 3,46% a.a. do poder de compra dos trabalhadores (enquanto entre 1995-2002 ocorreu retração de 2,12% a.a.).

⁵ Calculou-se diminuindo o crescimento da renda média *per capita* ano a ano do IPCA de cada ano.

Referências

- ALVES, G. O Neoliberal institucionalismo: um modelo teórico para a integração regional. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, p. 71-94, nov. 2002.
- AMARAL FILHO, J. **É negócio ser pequeno, mas em grupo**. 2002. Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/artigos/ART_3.pdf . Acesso em: 15 jul. 2012.
- ARAUJO, Y. E. M. F; PAIVA, M. J. G. Análise da evolução dos pequenos empreendimentos dos setores industrial, comercial e serviços na região metropolitana do Cariri-CE. In: REUNIÓN ANUAL DE LA RED PYMES MERCOSUR, XVII., **Anais [...]** 2012, São Paulo.
- CASAMATA, H. **A Microempresa e a Miopia do Poder Público**. 2009. Disponível em: http://www.ampc.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=241&Itemid=117. Acesso em: 1 mar. 2012.
- FALCÃO, J. M. **Micro e Pequenas Empresas: de mãos invisíveis do mercado a protagonistas do desenvolvimento**. 2007. Disponível em: [http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/10CF638728005381832572E5004C6F99/\\$File/MICRO%20E%20PEQUENAS%20EMPRESAS.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/10CF638728005381832572E5004C6F99/$File/MICRO%20E%20PEQUENAS%20EMPRESAS.pdf). Acesso em: 12 jul. 2012.
- GLOBAL ENTERPRENEUSHIP MONITOR – GEM. **Empreendedorismo no Brasil**. 2010. Disponível em [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/560D7670112E78218325789B0049F5ED/\\$File/NT000456B2.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/560D7670112E78218325789B0049F5ED/$File/NT000456B2.pdf). Acesso em: 15 jul. 2012.
- GOMES, A. F. I; PIRES, A. P. I; PIAU, D. D. N. D. Pequena empresa e parceria: binômio para o desenvolvimento local. **Cadernos de Ciências Aplicadas**, Vitória da Conquista, ano III, n. 3, p. 27-37, 2005.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; CIDADES@. **Informações estatísticas**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 10 ago. 2012.
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; IPEADATA. Ipeadata macroeconômico. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 10 ago. 2012.
- LASTRES, H. M. M.; ARROIO, A. LEMOS, C. Política de apoio a pequenas empresas: do leito de procusto à promoção de sistemas produtivos locais. In: LASTRES, H. M. M. *et al.* (Org.). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2003. p. 529-543.
- LASTRES, H. M. M; CASSIOLATO, J. E. **Glossário**. 8. ed. Rio de Janeiro: 2005.
- LASTRES, H. M. M; CASSIOLATO, J. E. Políticas para promoção de arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas: vantagens e restrições do

conceito e equívocos usuais. **Rede de Pesquisas em Sistemas e Inovativos Locais**, 2004.

MANSO, C. A.; TEBALDI, E. BARRETO, F. A. F. D. O Desequilíbrio regional brasileiro: novas perspectivas a partir das fontes de crescimento pró-pobre. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 37, n. 3, p. 307-328, jul./set. 2006.

MILTON SANTOS. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

MULS, L. M. Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. **Revista Economia**, Brasília, DF, v. 9, n. 1, p. 1-21, 2008.

PIMENTEL, N. A importância econômica das MPE's. **Jornal Comércio (JCAM)**. 2008. Disponível em:

http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/publicacoes/artigos/Nilson_Pimentel/45_A-importancia-economica-das-MPEs-I.pdf. Acesso em: 15 ago. 2012.

POCHMANN, M. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 383-400, 2004.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Regulamentação da Lei Geral nos Estados**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/customizado/lei-geral/regulamentacao-da-lei-geral-nosestados/estados/ceara>. Acesso: 10 ago. 2012.

SPÍNOLA, A. S. **A eficiência da representação empresarial das micro e pequenas empresas**. 2010. 46f. Monografia (Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

VIEIRA, M. L. **A contribuição das micro e pequenas empresas para a redução da pobreza no Brasil**. 2007. 51 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) - Universidade Federal do Ceará/UFC, Fortaleza, 2007.

VIOL, A. L.; RODRIGUES, J. J. **Tratamento tributário da micro e pequena empresa no Brasil**. Brasília, DF, 2000. Trabalho premiado no XII concurso de monografias CIAT-AEAT-IEF. Secretaria da Receita Federal/SRF-Brasil